



A geografia é uma ciência?¹

José Braga

Faculdade de Ciências - Universidade de Lisboa
jose.vicente.braga.costa@gmail.com

Como citar este artigo:

Braga, J. (2018). A geografia é uma ciência?. *Revista de Educação Geográfica | UP*, nº.3, p.77-84. Universidade do Porto

ISSN:

2184-0091

DOI:

<https://doi.org/10.21747/21840091/3a5>

Secção: Perspetivar

Nota Introdutória Henri Baulig (1877-1962) foi um geógrafo francês. Aluno de Vidal de La Blache, destacou-se na Geografia física (Geomorfologia) apesar de conceder sempre importância à História. Após obter o Diplôme d'Études Supérieures em Geografia (1903), estudou nos Estados Unidos da América com William Morris Davis tendo aplicado e divulgado as suas ideias em França. Foi professor nas Universidades de Rennes (1912-1919) e Estrasburgo (1919-1947).

Neste texto, publicado em 1948, discorre sobre a natureza da Geografia e, partindo da sua história, após o conflito mundial, interroga-se sobre o seu futuro. Chama a atenção para a antiguidade e originalidade da Geografia, tanto na forma e conteúdo como no método, dando relevo a Ritter e Humboldt. Nota a relação entre Geografia e História, o papel da Geografia como tronco de onde brotam outras disciplinas com autonomia e a forma como o Homem influencia a superfície terrestre. Conclui afirmando a importância do estudo das inter-relações dos fenómenos à superfície do planeta, das escalas, da descrição geográfica e do mapa: «O que é então, em definitivo, a Geografia? Podemos responder que é primeiro um método, ou, se preferirmos, uma forma de considerar as coisas, os seres, os fenómenos nas suas relações com a Terra: localização, extensão, variações locais e regionais de frequência ou de intensidade. Desde logo, o mapa é um instrumento indispensável, não somente de expressão, mas também de investigação. (...) também a Geografia se aplica a pensar as coisas e os acontecimentos terrestres em função da Terra, concebida não como um suporte inerte, mas como um ser dotado de uma atividade própria (...)»

¹ Conferência feita num ciclo de iniciação e de cultura científica organizado pelo Instituto de Filosofia da Universidade de Estrasburgo. A tradução é da versão presente em: *Annales de Géographie*, 1948, t.57, nº 305, pp. 1-11. Agradecemos à professora Doutora Nicole Devy-Vareta a cuidada revisão do texto (N.T.)

Problema que não é novo, o que não é menos desafiante. Será primeiro necessário precisar o que se entende por «Ciência». As definições abundam indo da mais restritiva à mais ampla. Enquanto, por exemplo, a ciência é para um médico reputado, Lord Acton, «a combinação de um grande número de factos similares dentro da unidade de uma generalização, de um princípio ou de uma lei, princípio ou lei que nos permitirão predizer com segurança o retorno de factos semelhantes nas condições dadas», para um ilustre fisiologista, T. H. Huxley, é «todo o conhecimento que repousa sobre as provas (*evidence*) e sobre o raciocínio» e para um não menos célebre filósofo, Karl Jaspers, «toda a noção clara nascida por via racional, por representação refletida».

Comecemos assim primeiro por ver o que é a Geografia, o que foi, o que se tornou, o que pode aspirar a ser. Perguntar-nos-emos então em que medida, ou antes em que sentido, ela pode pretender o título lisonjeiro de «Ciência».

A humanidade faz Geografia desde há muito tempo, e frequentemente sem o saber. Sabe-o, tanto quanto conhecemos, desde a aurora, ou quase, da ciência grega: é na primeira metade do século VI que Anaximandro de Mileto constrói o primeiro mapa do «mundo». Ora, desde o princípio, a Geografia é partilhada entre duas tendências opostas, ou melhor complementares. De um lado, estão os geómetras e os astrónomos. Aplicam a sua ciência a definir a forma e a dimensão da Terra: sabe-se como o maior de entre eles, Eratóstenes, partindo de um raciocínio exato, obteve, por sorte, apesar das medidas incorretas, um resultado muito aproximado. Tendo construído para a abóboda celeste um sistema de coordenadas esféricas, os astrónomos gregos transportam-no, «projetam-no» sobre o globo terrestre: a partir daí as posições podem ser definidas em latitude e longitude, logo de uma maneira absoluta. De seguida vem a divisão da Terra por grandes unidades, os continentes, depois por regiões e por povos. A Cartografia desenvolve-se paralelamente, e conclui-se na obra de Ptolomeu (meados do século II da nossa era). Todo este movimento procede da ideia do *Cosmos*, do Universo, todo harmonioso, do qual a Terra é apenas uma parte: encontra-se aí o embrião da Geografia planetária, da *Erdkunde*, do conhecimento da Terra no seu conjunto.

Mas, ao lado dos geómetras, existem os viajantes, os curiosos, sensíveis à variedade dos aspetos naturais, das produções, dos povos, dos seus costumes; e existem os historiadores, os políticos, que refletem sobre as relações entre os países e as sociedades humanas. A sua linhagem não é menos ilustre que a precedente: Heródoto, pai da história, mas também da Geografia descritiva, Tucídides, Políbio... Os périplos, as conquistas de Alexandre, os contactos com o mundo bárbaro estendem o horizonte geográfico, e Estrabão (68 a.C.-24b.C) abraça na sua descrição o mundo então conhecido, notando (II, v, 26) que a natureza dos países está relacionada com o grau de cultura dos habitantes, e que esta natureza favorece ou contraria a civilização. Reconhece-se aí o embrião da descrição regional, da *corografia*, da *Länderkunde*, e também uma noção ainda rudimentar, mas destinada ao mais brilhante futuro, a noção, mágica, astrológica no seu princípio, de *influência* da Natureza sobre o Homem.

Depois a Geografia ocidental adormece, enquanto os geógrafos árabes cultivam ao mesmo tempo a Astronomia, a Cosmografia, a Cartografia e a descrição regional dos países e dos povos. A partir do século XII é retomado o grande comércio marítimo, primeiro no Mediterrâneo: donde os guias do marinheiro, as «instruções náuticas» da época: são os portulanos com cartas de costas. Marco Pólo, novo Heródoto, revela os mistérios de Cathay. Mas o renascimento da Geografia só se produzirá verdadeiramente na segunda metade do século XV, graças primeiro à revelação da Geografia antiga (Ptolomeu), e, logo a seguir, com o favor das grandes viagens de descoberta. Não somente os limites do mundo conhecido avançam prodigiosamente, mas a navegação de longo curso coloca problemas técnicos. Desde logo, surge o problema do ponto no mar: a determinação das latitudes, corretamente tratada em princípio pelos Antigos, é facilitada, sobretudo a partir do século XVII, pelo aperfeiçoamento dos instrumentos; mas o problema das longitudes, isto é do transporte da hora, só será finalmente resolvido, pela invenção do cronómetro, em meados do século XVIII. A procura de cartas é insaciável: e o problema das projeções coloca-se em toda a sua amplitude. As soluções imprecisas da Antiguidade clássica são consideradas insuficientes. Fórmulas gerais, racionais, aparecem desde 1520, e Mercator, em 1550, leva a cabo a publicação de um Atlas do Mundo. A sua obra será

continuada pelos Holandeses, depois pelos Franceses: ao longo do século XVII e do século XVIII, as cartas são incessantemente completadas, corrigidas, enriquecidas.

A Astronomia moderna nasce com Copérnico e Kepler, desenvolve-se rapidamente com a luneta astronómica, floresce no sistema do mundo de Newton. A medição do globo, a Geodesia, progride paralelamente: desde 1660, inicia-se a medição de um arco de meridiano, discute-se o achatamento. Tudo isto testemunha um esplêndido desenvolvimento da Geografia matemática, astronómica, planetária. Mas, ao mesmo tempo, a Geografia descritiva enriquece-se prodigiosamente. Revela-se um mundo novo, o antigo é cada vez melhor conhecido, graças aos relatos dos conquistadores, aos relatórios dos administradores, às missivas dos marinheiros, dos viajantes, dos missionários, aos trabalhos dos naturalistas. Constitui-se assim um enorme fundo de conhecimentos, onde haurem e não cessarão de haurir botânicos e zoólogos, etnógrafos, políticos e economistas, filósofos e polemistas – o Hurão, o bom selvagem – os escritores apreciadores de exotismo.

Contudo, a Geografia moderna ainda não tinha nascido. A famosa cosmografia de Sebastian Munster (cerca de 1550) permanece puramente descritiva: as regiões, as suas produções, os seus habitantes, a história local, as curiosidades... Um século mais tarde, B. Varenius vislumbra o que poderia ser a «Geografia geral»: considera a Terra no seu conjunto, trata primeiro as montanhas, os ventos, as águas, mas depressa regressa à Geografia matemática por um lado, à descrição pura e simples por outro. Jean Bodin, o abade Dubos, Montesquieu, ensaiam a Geografia política. Os grandes Estados modernos, burocráticos, reclamam cartas detalhadas, estatísticas. Os materiais acumulam-se. Mas, para os organizar, é necessário o impulso de dois homens, ambos alemães, quase exatamente contemporâneos, mas de génio tão diferente quanto possível: Carl Ritter (1779-1859) e Alexandre de Humboldt (1769-1859).

Ritter é homem de gabinete, historiador e filósofo. Sofreu a forte influência de Herder, da *Filosofia da História*; contudo pensa que a História não se explica somente através do Homem, mas também através da Terra. O nosso globo é um «grande organismo», cujas partes são solidárias, é «a morada e a escola

do Homem», que foi mesmo preparado para esse fim: enquanto a História humana é apenas vicissitudes, a Terra representa o elemento permanente, pelo menos de uma maneira relativa. É preciso renunciar às descrições parciais, sobrecarregadas de detalhes heteróclitos; para compreender as partes, vê-las no conjunto, e considerar em particular as suas relações espaciais: oposição do hemisfério continental a nordeste e do hemisfério oceânico a sudoeste, «o maior contraste da superfície do globo»; agrupamento das terras em torno do Pólo norte; os continentes considerados como «grandes individualidades»; as suas posições relativas; as suas dimensões, relação entre o comprimento e a largura, do desenvolvimento das costa à superfície; as articulações verticais, as montanhas como barreiras... Tudo isto pode exprimir-se através de números, através de figuras simples. Desta Geometria derivou a morfometria, há muito praticada assiduamente na Alemanha, e também a noção, considerada como fundamental, do espaço, do *Raum*, que Ratzel retomará no final do século para afirmar que a vitalidade dos estados se manifesta primeiro através da tendência para a expansão: donde, como se sabe, a doutrina de «espaço vital». Para Ritter, o objeto da Geografia consiste «nos conteúdos materiais do espaço», considerados não como matéria, formas, forças, o que a Física estuda, mas na sua repartição e nas suas combinações espaciais. O seu desígnio exprime-se, desde 1806, em seis mapas da Europa representando diversos fenómenos, depois, em 1817, no título da sua grande obra: *Die Erdkunde im Verhältniss zur Natur und zur Geschichte des Menschen, oder allgemeine vergleichende Geographie*. «Geografia geral Comparada»: recordemos que Cuvier acabava de fundar a Anatomia comparada, e que a Linguística geral vai nascer. De facto, a obra – 19 volumes publicados de 1822 a 1859 – não correspondeu exatamente às promessas do título. Por necessidade, Ritter retorna à descrição regional – da África e de uma parte da Ásia – mas descrição ordenada em torno de uma interpretação. A sua influência foi enorme, pois respondia a uma das tendências mestras do espírito alemão; não foi inteiramente boa: o postulado finalista não é apenas arbitrário; abre a porta ao finalismo e presta-se, como se viu, a utilizações fraudulentas. Mas a grande fraqueza da Geografia ritteriana, é a sua falta de contacto com as ciências naturais, que tinham já feito grandes progressos: Buache publicou em 1752 um *Essai de géographie*

physique; Blumenbach propôs uma classificação das raças (1775); E. A. Zimmermann escreveu uma *Géographie zoologique* (1773).

É Alexandre de Humboldt que introduz definitivamente a Geografia nas vias modernas. Para ele como para Ritter, a Terra é um todo ordenado, um Cosmos: é o título de uma das suas obras, com o subtítulo, *Ensaio de uma descrição física da Terra*; mas este Cosmos, ele capta-o nas suas particularidades concretas, nas suas paisagens – *Ansichten der Natur*, título de outro dos seus livros – , que descreve com elegância, tanto em francês, como em alemão. Bom naturalista, grande viajante e viajante científico, relata uma estadia de quase cinco anos na América equatorial nos vinte volumes das suas *Viagens às regiões equinociais do Novo Continente*; mede as altitudes com o barómetro, mede as temperaturas do ar e da água, reconhece a corrente fria que possui o seu nome, elabora o primeiro mapa de isotérmicas (1817), escreve e publica em Paris, no mesmo ano, *De distributione plantarum secundum coeli temperiem et altitudinem montium*, manifesto introdutivo da Geografia botânica, inspira o *Atlas físico* de Berghaus. Mas, por outro lado, escreve um *Ensaio político sobre a Nova Espanha*, onde se lê que «tudo o que constitui a construção do globo tem as relações mais relevantes com os progressos da população e com o bem-estar dos habitantes». Humboldt foi assim um geógrafo completo, no entanto o seu verdadeiro título de glória é ter fundado, sobre bases sólidas, a Geografia natural.

Depois, o século XIX e mesmo o século XX viram um rico florescimento de Ciências geográficas, que se podem classificar, numa ordem lógica, aproximadamente assim. A Geografia matemática; a Geodesia, que se ocupa da forma verdadeira da Terra: a superfície de equilíbrio dos oceanos não sendo um elipsoide perfeito, mas um geoide que dele difere mais ou menos, os desvios refletem variações no peso, logo na repartição das massas em profundidade, o que conduz à Geofísica. Esta constituiu-se pela aglomeração de ciências diversas: ocupa-se da gravidade, do magnetismo terrestre, das auroras polares, das camadas ionizadas, dos raios cósmicos, até de Meteorologia; mas o seu domínio próprio é o estudo da constituição interna do globo, através de métodos diversos, cujo mais frutuoso é emprestado da sismologia. A Meteorologia é a ciência da atmosfera, a Climatologia é o seu ramo mais particularmente

geográfico. A Oceanografia completa-se através da Hidrografia das águas doces.

A Geologia, ciência relativamente antiga, compreende ramos múltiplos: a Cristalografia é praticamente um ramo da Física molecular; a Mineralogia e a sua irmã Petrografia estudam, na sua constituição e na sua génese, uma, os minerais isolados, a outra, os complexos, que constituem as rochas; a Estratigrafia, através do exame dos terrenos sedimentares e dos fósseis que eles podem conter, reconstitui a história física da Terra e estabelece-lhe a cronologia; a Tectónica estuda as transformações sofridas por estes terrenos; a Paleontologia que, propondo-se investigar a sucessão, a filiação dos seres vivos, pertence em princípio à Biologia, está ligada, por razões práticas, à Estratigrafia; a Geomorfologia, filha mais nova das Ciências geológicas, permaneceu-lhes estreitamente unida na América, enquanto na Europa os geólogos abandonaram-na aos geógrafos. A Biogeografia divide-se naturalmente em Geografia das plantas e Geografia dos animais.

Paremos aqui. Estas diferentes ciências merecem o nome de geográficas. Não que sejam praticadas vulgarmente pelos geógrafos: são cultivadas pelos matemáticos, físicos, e químicos, naturalistas, que nelas aplicam os seus métodos particulares que, em si mesmos, não são geográficos. Mas elas são geográficas, não somente porque se ocupam deste objeto particular que é a Terra, mas sobretudo porque estudam a repartição, à superfície desta Terra, das forças, das coisas, dos seres, dos fenómenos com as suas variações de frequência e de intensidade: o que se traduz quase inevitavelmente pelo mapa. O mapa; meio de representação preciso, fiel, objetivo; mas também instrumento de investigação: a aparência das curvas, as suas anomalias sobretudo, revelam uma perturbação, um fator secundário. Mais profundamente, as ciências da Terra são geográficas pois inevitavelmente encontram-se em face de elementos, de forças, de fenómenos que não lhes cabe isolar, mas que se apresentam sob a forma de complexos cujos elementos se condicionam e se limitam mutuamente, numa palavra, são equilíbrios móveis. Um exemplo. Às latitudes 30º-35º, na extremidade este dos oceanos, existem altas pressões permanentes, de onde saem os ventos alísios. Ora a posição destas altas pressões liga-se, em parte, à baixa temperatura do mar à superfície; mas esta resulta da subida das águas de sub-

superfície, a qual é causada pela impulsão do alísio. Note-se: o efeito torna-se causa, e o círculo fecha-se; explicar o fenómeno, é compreender-lhe todos os fatores [que o condicionam], não separadamente, mas na sua mútua dependência.

Sem dúvida, a análise poderá esforçar-se por isolar os fatores a fim de os medir. Mas, nestas matérias, [essa análise] quase não dispõe dos meios clássicos do laboratório, a experiência e o cálculo. O cálculo pode fornecer as ordens de grandeza e sentidos das variações, mas nada mais, pois os dados de base são demasiado incertos, e sobretudo, as relações de forças em jogo são demasiado mal conhecidas. A experimentação dá poucas certezas que não possam ser atingidas de outro modo, isso por diversas razões: primeiro a escala dos fenómenos naturais, que não pode ser reduzida consideravelmente sem que o resultado seja falseado, pois é geralmente impossível reduzir todos os parâmetros na proporção conveniente; e o tempo é um destes parâmetros; muitos fenómenos naturais desenrolam-se de uma maneira infinitamente lenta, não podem ser reproduzidos, nem mesmo imitados, de maneira adequada, a um ritmo acelerado. A interpretação de fenómenos deste género supõe uma larga extrapolação, fundada sobre o postulado, tão legítimo quanto necessário, da permanência das leis da Natureza. Mas que são para nós as leis da Natureza, senão o que nos revela a nossa experiência de seres efémeros? Não é preciso ter em conta os fenómenos excepcionais, ultrapassando em intensidade tudo o que foi observado, e mesmo os eventos francamente anormais, como as glaciações (quaternárias e mais antigas)[?] [As glaciações] ocorrem a intervalos muito longos e por um tempo relativamente muito breve, sem que até aqui se tenha conseguido vislumbrar a causa: para nós, são simples acidentes perfeitamente misteriosos.

Far-se-á notar que todas as ciências em questão apresentam um duplo aspeto: analítico, abstrato, geral e deste modo aproximam-se de ciências tais como a Física ou a Biologia; sintético, concreto, particular, e é nisto que elas são geográficas. Tomemos como exemplo a evolução da Geografia botânica, que se pode considerar como a mais perfeita das geografias naturais. Os botânicos, desde logo, encontram-se na presença de agrupamentos, de complexos naturais, que uns decompõem, enquanto outros se esforçam por os considerar globalmente. Os primeiros consideram a

planta isolada, como tipo, descrevem-na, desenham-na, classificam-na, eventualmente interrogam-se sobre o parentesco de formas, da sua derivação, procurando os segredos da hereditariedade, as leis da evolução: alcançam assim, mesmo na Sistemática, conclusões gerais. Os anatomistas, por seu lado, notam, em diferentes plantas, seja a similitude dos órgãos correspondentes, seja as formas, variadas, mas equivalentes quanto à função, que revestem: eles discernem que, se a aparência é múltipla, a realidade profunda é uma. Também mais uma vez, o fisiologista reconhece um mesmo fundo comum de processos elementares, nutrição, crescimento, reprodução, suscetíveis de formulação geral e mesmo de expressão quantitativa.

Mas o botânico pode também envolver-se na via geográfica. Estudará primeiro a repartição das espécies, géneros, famílias...sobre a Terra, e desenhará esse mapa. Notará que o limite de tal forma ou de tal grupo de formas é dado, em bruto, pelo clima — poder-se-á falar de um clima da vinha, da oliveira, da tamareira— e, em detalhe, pelo habitat: solo, exposição, abrigo, água subterrânea... Isso já é Geografia. Mas as anomalias colocam problemas, em particular os das áreas disjuntas: se o parentesco está bem estabelecido entre formas separadas por grandes distâncias e obstáculos atualmente insuperáveis é-se conduzido a postular pontos terrestres— e aqui os geólogos têm a sua palavra a dizer— das alterações de clima, das modificações profundas na circulação oceânica...Trata-se em suma de reconstruir, de uma maneira coerente, um estado de coisas desaparecido: uma reconstituição perfeitamente satisfatória seria uma verdadeira Geografia retrospectiva, uma paleogeografia.

Mas a Geografia botânica apresenta-se ainda sob um outro aspeto. Ela considerará os aspetos naturais da vegetação, as «formações»: a floresta — e qual floresta? Alta ou baixa, densa ou aberta, de resinosas ou de folhosas; a pradaria — luxuriante ou miserável, alta ou rasa de gramíneas ou de plantas com grandes flores, etc. Ora estas formações merecem ser descritas e estudadas como tais, primeiro porque elas existem, e depois porque este estudo pode conduzir a resultados inteiramente novos. Com efeito, reconhece-se facilmente que tal formação, com as suas [espécies] «dominantes» e «dominadas», responde, a um dado clima, a determinado habitat: a Ecologia é uma ciência

eminentemente geográfica. Mas há mais: as plantas-indivíduos que compõem a formação são solidárias: concorrentes para o espaço, a luz, a água, mas também associadas, as árvores protegem-se mutuamente contra o vento, contra a evaporação, as plantas altas abrigam as plantas baixas, estas, dotadas de uma menor longevidade, fornecem o tapete de húmus, renovando-o com os seus detritos que as bactérias decompõem... Estamos assim em presença de uma associação vital, de uma *biocenose* (que compreende também os animais), associação que produz o seu próprio clima, o seu próprio solo, numa palavra um *meio* particular que é necessário conhecer para explicar a existência da floresta, e de determinada floresta, ou da pradaria, e de determinada pradaria.

Dêmos mais um passo: este meio não é produzido de forma imediata. Sobre um solo nu, no lugar de uma floresta incendiada, vê-se aparecer primeiro plantas simples, pouco exigentes, que após terem o papel de pioneiras, desaparecerão ou diminuirão de número. Depois vão surgir árvores amigas da luz, tolerando o isolamento. Finalmente, à sombra destas, [aparecem] outras espécies que poderão acabar por as suplantarem. Ver-se-á assim sucederem-se associações diferentes, *séries* que evoluirão como o próprio meio que engendram e modificam através de retoques indefinidamente repetidos: um equilíbrio móvel tende para um equilíbrio estável, um apogeu, um *climax* realizando a plenitude que a vegetação, nas condições dadas, pode atingir. Inversamente, a repetição dos incêndios, a sobrecarga das pastagens, uma mudança de clima, originarão uma degradação, introduzirão séries regressivas. O próprio solo, com a vida microbiana e macrobiana que comporta, está intimamente associado a esta evolução através das substâncias que a vegetação lhe subtrai e lhe restitui, sobretudo através da circulação de água subterrânea que ativa a procura dos vegetais. Se bem que com o tempo o solo acabará por ficar em equilíbrio com o clima e a vegetação, complexo traduzindo ele próprio a interação de outros complexos e reagindo sobre eles.

Desde que o Homem aparece — e por Homem, é necessário entender, não o indivíduo, mas o grupo — a noção de meio complica-se singularmente. O Homem não sofreu passivamente a influência do meio: reagiu, tal como de resto a planta, o animal,

ou mesmo a força inanimada cujo equilíbrio é ameaçado. Só que a sua reação pode ser refletida, deliberada. A cada problema pode responder com soluções diferentes: os museus etnográficos testemunham esta incansável faculdade de invenção. Podemos dizer, desde que intervém a liberdade humana, que, se a Natureza interdita muitas vezes, permite, favorece ou contraria, ela jamais impõe ou quase, determinada solução ao invés de outra. Neste domínio, é necessário renunciar a procurar o determinismo que imaginavam certos teóricos políticos, os Gregos, Bodin e Montesquieu, ou geógrafos, Ritter e Ratzel, ou também Taine e os epígonos de Taine. A liberdade humana contraria todas as previsões.

Não quer dizer que esta liberdade seja indefinida. A cada estágio de cultura, ela está limitada ao que é possível e desejável, isto é, àquilo que o grupo considera então como possível e desejável. Quer dizer que em Geografia humana a noção de meio comporta elementos propriamente humanos: as aptidões físicas e mentais, herdadas ou adquiridas, do grupo e seu património cultural; a técnica, sem dúvida, mas também a mentalidade coletiva com a sua estratificação, as suas zonas esclarecidas e os seus segredos obscuros, quase inconsciente. Donde a ligação indispensável da Geografia humana com a História social, que, na realidade, é toda a História útil.

Diz-se frequentemente que com o progresso prodigioso da técnica na época contemporânea, o Homem liberta-se cada vez mais das servidões naturais. Em particular, a revolução em curso nos meios de transporte e comunicação faz com que o mundo se contraia, se torne cada vez mais permeável, tenda para uma uniformidade — os físicos diriam para uma entropia — desesperante. Isso só é verdade em certa medida. Se a técnica dos transportes fez milagres, e não cessa de os fazer sob os nossos olhos, as distâncias não são abolidas por completo. Ora a distância verdadeira, prática, não se avalia em quilómetros, mas em tempo — duração da viagem, frequência das partidas — em preço de retorno — que depende em particular do volume do tráfego — em segurança [um exemplo]: a rota aérea dos Açores, mais longa geometricamente, pode ser preferida, pois é mais segura, mais frequentada, talvez mais económica, à da Terra Nova, durante a estação desfavorável, e à do Pólo durante todo o ano, exceto em tempo de guerra. Os problemas práticos comportam sempre vários dados: impõem

uma escolha entre as vantagens e os inconvenientes. Ora, com o progresso dos conhecimentos, os elementos — pelo menos materiais — do problema são cada vez melhor conhecidos, avaliados, cifrados; à medida que o Homem conhece melhor a sua morada e que está melhor armado através da Ciência e da técnica, dois fatores ganham um novo valor, muitas vezes determinante: o fator tempo e o fator custo, ele próprio dependente em parte do tempo.

Para o camponês europeu dos séculos passados, o tempo e as dificuldades quase não contavam; o cálculo de um preço de retorno parecer-lhe-ia um problema insolúvel, quase absurdo: contudo ele tinha notado — ele, ou o seu pai, ou o seu avô — que determinada terra era quente, outra fria, que determinado local era afetado pela geada, e repartia a suas culturas em consequência, donde o aspeto muitas vezes variado, harmonioso dos nossos campos. A adaptação às condições naturais fazia-se através de tentativa e erro, à escala do *terroir*². Na agricultura científica realizada nos Estados Unidos sob regime de concorrência, em via de realização na economia socializada da U.R.S.S.³, os fatores naturais, situação, distâncias, solos, clima... não são menos tomados em consideração: são mesmo avaliados com uma precisão desconhecida até aí. A adaptação faz-se como na agricultura tradicional, mas desta forma de uma maneira deliberada, e, graças à potência dos meios de transporte, por grandes zonas, zona do milho, zona do trigo de primavera, zona do trigo de inverno, à escala de um grande país, mesmo de um continente. Os teóricos liberais não haviam predito o momento em que, numa economia unificada, e graças às comunicações idealmente fáceis e económicas, a repartição das tarefas se faria à escala planetária?

² O conceito de *terroir*, tipicamente francês, assume diferentes significados e não tem equivalente em qualquer outro idioma, tornando-se ainda mais complicado atribuir-lhe uma definição única dado o seu caráter pluridisciplinar (Prévost et al., 2014). Em 2005, nos *Rencontres Internationales Planete Terroirs*, promovido pela UNESCO, o conceito adotado considera que *terroir* é «(...) um espaço geográfico delimitado, definido a partir de uma comunidade humana que constrói durante sua história um conjunto de traços culturais distintivos, conhecimentos e práticas baseados num sistema de interações entre o ambiente natural e os fatores humanos. O *know-how* em jogo revela uma originalidade, confere uma tipicidade e permite um reconhecimento dos produtos ou serviços originários deste espaço e, portanto, para os homens que aí habitam. Os *terroirs*

O que é então, em definitivo, a Geografia? Pode-se responder que é primeiro um método, ou, se preferirmos, uma forma de considerar as coisas, os seres, os fenômenos nas suas relações com a Terra: localização, extensão, variações locais e regionais de frequência ou de intensidade. Desde logo, o mapa é um instrumento indispensável, não somente de expressão, mas também de investigação. Se entre duas ordens de factos bem definidos, bem caracterizados, existe a co-extensão precisa ou variações paralelas no espaço, pode-se concluir com segurança por uma relação causal. Este método é empregue correntemente por todos os tipos de ciências, físicas e humanas, desde a Sismologia até à Economia e à Linguística. Mas a relação não é sempre direta: mais frequentemente consiste num encadeamento cujos termos podem ser ou físicos ou humanos ou um ou o outro à vez e relevar por consequência de todos os tipos de ciências. É pois indispensável que o geógrafo envolvido em determinadas investigações esteja familiarizado com as ciências conexas, não somente para melhor compreender as suas conclusões, mas também para ser capaz de lhes apreciar o valor. Isso leva a conduzir as investigações em direções múltiplas, num plano local, regional ou planetário, na esperança de reconstituir passo a passo os elos da cadeia.

Mas o geógrafo não se contenta em decompor os complexos naturais, desmontá-los, desdobra-los (*explicare*); propõe-se também captá-los, *compreendê-los* na sua complexidade e descrevê-los como tais. Estes complexos apresentam-se-lhe sob a forma de aspetos, de paisagens, no sentido mais alargado do termo: não somente o que o olho apercebe a partir de um ponto de vista bem escolhido, mesmo a partir dos ares, mas também o que o espírito abraça na sua visão do mundo, paisagens locais, regionais — as «regiões»[«pays»]⁴ -

são espaços vivos e inovadores que não podem ser assimilados apenas à tradição» (INRA, INAO, UNESCO, 2005, p.26). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001543/154388f.pdf>. Acesso 12-12-2017. (N.R.).

³ A U.R.S.S. (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) foi um estado da Europa e da Ásia (1922-1991), fundado no seguimento da Revolução Russa de 1917 como um regime de inspiração comunista. Formado por 15 repúblicas dotadas de autonomia, a mais extensa das quais a Rússia, desagregou-se com as reformas políticas introduzidas no final dos 1980. (N.T.)

⁴ A palavra francesa *pays* tem neste contexto um significado diferente de país e optou-se por traduzi-la por «região»; é

conjuntos continentais, eventualmente planetários. Como referimos: a Geografia aspira à descrição racional, explicativa, das paisagens. Mas estas paisagens são, por um lado que pode bem ser o principal, obra dos homens, de grupos humanos que se distinguem sem dúvida por todos os tipos de traços físicos e morais, mas que, geograficamente, se caracterizam sobretudo pelos seus géneros de vida⁵, noção fecunda inspirada de Vidal de La Blache e frutuosa explorada, em particular, pela Geografia francesa: é preciso entender por isso não somente o conjunto dos meios através dos quais cada grupo assegura a sua subsistência, mas também a sua estrutura económica e social, e a sua mentalidade coletiva. Pois é tudo isso, tomado como conjunto, que constitui verdadeiramente o meio onde vive o grupo considerado. A Geografia é, num sentido, o estudo dos meios terrestres.

A descrição geográfica recorre largamente à imagem visual, ao mapa, ao desenho, à fotografia, ao filme; pode-se conceber que ela se interesse pelo registo dos sons, das músicas naturais, dos ruídos da cidade ou da fábrica. Mas o seu meio de expressão mais comum continua a ser a palavra. Notar-se-á que ao contrário das geografias gerais, a descrição regional não possui vocabulário técnico. Fala a linguagem de toda a gente, um pouco porque contacta com toda a gente, mas também porque ela convida o leitor a uma participação ativa despertando a sua memória e a sua imaginação: sugere mais do que descreve. No seu grau de perfeição, a beleza da forma apenas exprime a plenitude, a riqueza secreta do pensamento. Perfeição raramente atingida, exceto nas mais belas páginas do *Tableau de la géographie de la France*. Neste grau, a distinção Ciência ou Arte, Arte ou Ciência, desvanece-se, da mesma forma que em certos escritos filosóficos pensamento e forma estão indissolúvelmente unidos, da mesma maneira que em determinada obra-prima pictórica a pureza da linha lembra as harmonias matemáticas.

E, agora, voltamos à questão inicial: a Geografia é uma ciência? Não certamente, no sentido normal da

palavra; mas um tronco de ciências bem diferentes, provida cada uma dos seus métodos próprios e por consequência da sua autonomia. Mas, então à medida que estas ciências ditas geográficas se destacam do tronco comum, que restará da Geografia? É preciso responder: uma certa maneira de examinar as coisas, um modo de pensar, talvez uma categoria nova da inteligência, à qual o espírito ocidental, e apenas ele, acaba de aceder. Da mesma maneira que a História, também ela uma retardatária, se esforça por pensar as coisas do passado no seu tempo, e de cada coisa no seu tempo, o que é o melhor meio de situar o presente no seu verdadeiro lugar e de se preparar para o compreender, também a Geografia se aplica a pensar as coisas e os acontecimentos terrestres em função da Terra, concebida não como um suporte inerte, mas como um ser dotado de uma atividade própria que comanda por vezes, que condiciona sempre a atividade dos seres que a povoam.

É, parece-me, o que Vidal de La Blache exprimiu numa passagem demasiado pouco conhecida, ou pelo menos muito pouco citada, do Prefácio do seu *Atlas Général* (1894). Ele diz que se propôs «colocar sob os olhos o conjunto dos traços que caracterizam uma área [contrée], a fim de permitir ao espírito estabelecer uma ligação. É, com efeito, nesta ligação que consiste a explicação geográfica de uma área [contrée]. Considerados separadamente, os traços que compõem a fisionomia de um país possuem o valor de um facto; mas só adquirem o valor de noção científica se forem colocados no encadeamento de que fazem parte, o qual é o único capaz de lhe dar o seu pleno significado... É preciso ir mais longe, e reconhecer que nenhuma parte da Terra possui em si própria a sua explicação. O jogo das condições locais só se descobre com alguma clareza quando a observação as ultrapassa e se está em condições de compreender as analogias que a generalidade das leis terrestres estabelece naturalmente.»

utilizada aqui à escala sub-regional, ficando o sentido próximo da palavra portuguesa «terra». (N.R.)

⁵ O conceito de 'genre de vie', encontra-se no original expresso em: Vidal de la Blache, Paul. «Les genres de vie dans la

géographie humaine.» *Annales de Géographie*, t. 20, n°112, 1911, pp. 289-304. Disponível em http://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1911_num_20_112_7312. Acesso 12-12-2017. (N.R.)